

António Cluny

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Representante de Portugal na Eurojust - Unidade Europeia de Cooperação Judiciária- e na MEDEL - Associação de Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdade

Nomeado, por diversas vezes, Procurador da República em diferentes círculos judiciais.

Procurador-Geral Adjunto e colocado em substituição do Procurador-Geral da República nos Tribunais Supremos e no Tribunal de Contas em 22/6/98.

Perito do GRECO (Grupo de Estados Contra a Corrupção – comité especializado do Conselho da Europa), tenho participado nas equipas que avaliaram os sistemas públicos e de justiça do Mónaco e do Luxemburgo na perspetiva da luta contra a corrupção.

Em representação da Federação Internacional do Direitos Humanos (FIDH) dirigiu no local uma missão na Amazónia (Belém do Pará) para investigar a morte de uma freira católica Norte-americana, cujo relatório apresentou em Genebra na Reunião Anual do Comité das Nações Unidas para defesa dos Direitos Humanos.

Participante em Washington e S. Francisco em conferências e iniciativas cívicas de luta contra Pena de Morte a convite da International Commission Against the Death Penalty e da Death Penalty Focus, tendo intervindo no Clube de Imprensa daquela primeira cidade.

Alguns livros e artigos:

Pensar o Ministério Público Hoje – Ed. Cosmos, Outubro de 1997.

Responsabilidade Financeira e Tribunal de Contas, Coimbra Editora, Dezembro de 2001.

O Ministério Público, o Estado de Direito Social e a Nova Criminalidade Organizada que reproduz uma intervenção num colóquio realizado em Bruxelas em 12, 13 Dezembro de 1997, pela MEDEL e a União Europeia subordinado ao tema «La Justice entravée – corruption et criminalité économique internationale» – RMP, n.º 72, 1997.

O Ministério Público e o princípio constitucional da igualdade – Caderno n.º 10 da RMP – Ed. Cosmos, Lisboa 2000.

Reflexões e Dúvidas no 25.º Aniversário do Estatuto do Ministério Público – RMP, n.º 95, 2003.

Démocratie et rôle de l'associationnisme judiciaire au Portugal – incluído na obra : La formation des magistrats en Europe et le rôle des syndicats et des associations professionnelles / Quelle formation, pour quelle Justice, dans quelle société - CEDAM, Padova, 1992.

Criminalidade em Tempo de Crise – O Cidadão (1995) III, 9-10: 23-28.